

SEDUC-CE

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

- ✓ Educação Brasileira
- ✓ Língua Portuguesa
- ✓ Leitura e Interpretação de Dados e Indicadores Educacionais
- ✓ Conhecimentos Específicos
- ✓ Administração Pública (On-line)

DE ACORDO COM O EDITAL Nº 014/2026 - SEDUC/SEPLAG

Conteúdo de acordo
com o Edital nº 014/2026
SEDUC/SEPLAG
Questões gabaritadas
da banca CEV/UECE - FUNECE



SEDUC-CE - Secretaria da Educação do Estado do Ceará

SEDUC-CE

Professor de Educação Física

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Professor de Educação Física de acordo com o Edital nº 014/2026 - SEDUC/SEPLAG da Secretaria da Educação do Estado do Ceará - SEDUC-CE.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes Importante e Dica, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção Hora de Praticar, com questões gabaritadas da banca CEV/UECE (Comissão Executiva do Vestibular da Universidade Estadual do Ceará) - FUNECE, organizadora contratada para a realização do certame para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Para sua preparação acesse os conteúdos complementares disponíveis on-line para este livro em nossa plataforma: Conteúdo de Administração Pública disponível em PDF para download. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!

AVISO **IMPORTANTE**

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

EDUCAÇÃO BRASILEIRA	13
■ HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DO MOVIMENTO DOS PIONEIRO DA EDUCAÇÃO AOS DIAS ATUAIS	13
■ LEI FEDERAL Nº 9.394/96, LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL	13
■ LEI FEDERAL Nº 10.639/2003, INCLUI NO CURRÍCULO OFICIAL DA REDE DE ENSINO A OBRIGATORIEDADE DA TEMÁTICA “HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA”	42
■ LEI FEDERAL Nº 11.645/2008, INCLUI NO CURRÍCULO OFICIAL DA REDE DE ENSINO A OBRIGATORIEDADE DA TEMÁTICA “HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA”	44
■ PLANOS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO: 2001 A 2010, 2014 A 2025 E 2026 A 2036	45
■ ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	56
TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS CONTEMPORÂNEAS	56
■ GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA	60
■ PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	62
■ A DIDÁTICA E O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	63
A DIDÁTICA COMO FUNDAMENTO EPISTEMOLÓGICO DO FAZER DOCENTE	64
■ ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DIDÁTICO: PLANEJAMENTO, ESTRATÉGIAS, METODOLOGIAS E AVALIAÇÃO	66
■ A SALA DE AULA COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM	67
■ PLANEJAMENTO DE CURSO, UNIDADE E AULA: ELEMENTOS ESTRUTURANTES	69
■ PRINCIPAIS TEORIAS DA APRENDIZAGEM: INATISMO, COMPORTAMENTALISMO, BEHAVIORISMO, INTERACIONISMO E COGNITIVISMO	71
■ AS BASES EMPÍRICAS, METODOLÓGICAS E EPISTEMOLÓGICAS DAS DIVERSAS TEORIAS DE APRENDIZAGEM	72
■ PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO: ASPECTOS HISTÓRICOS E BIOPSISSOCIAIS	75
■ TEMAS CONTEMPORÂNEOS: BULLYING, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, EDUCAÇÃO ESPECIAL, EDUCAÇÃO AMBIENTAL, PROTAGONISMO JUVENIL	81
■ BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)	83
Fundamentos e Princípios que Orientam a BNCC	85

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	86
O ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	89
■ PROFESSOR: FORMAÇÃO E PROFISSÃO	95
BASE LEGAL QUE ORIENTA A FORMAÇÃO DOCENTE	95
■ A PESQUISA NA PRÁTICA DOCENTE	99
■ A DIMENSÃO ÉTICA DA PROFISSÃO	100
■ EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NO ENSINO MÉDIO – CURRÍCULO	101
MARCOS LEGAIS SOBRE EDUCAÇÃO INTEGRAL	102
ITINERÁRIOS FORMATIVOS	102
■ AVALIAÇÕES EXTERNAS EM LARGA ESCALA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	102
SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SAEB)	103
SISTEMA PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SPAECE)	106
■ PROGRAMA INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO DE ESTUDANTES (PISA)	108
■ POLÍTICAS DE EQUIDADE NO ESCOPO DO PNE 2026–2026	109
■ DOCUMENTO CURRICULAR REFERENCIAL DO CEARÁ: ENSINO MÉDIO	112
LÍNGUA PORTUGUESA	129
■ COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS	129
■ FATORES DE TEXTUALIDADE	132
■ TIPOLOGIAS TEXTUAIS	137
■ GÊNEROS DISCURSIVOS/TEXTUAIS	141
■ ORTOGRAFIA OFICIAL	147
ACENTUAÇÃO GRÁFICA	147
■ EMPREGO DAS CLASSES GRAMATICAIS	149
■ FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS	165
■ EMPREGO DO SINAL INDICATIVO DE CRASE	170
■ RELAÇÕES SINTÁTICAS NA ORGANIZAÇÃO DA ORAÇÃO E DO PERÍODO	172
RELAÇÕES DE COORDENAÇÃO E SUBORDINAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS	179
REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL	183

CONCORDÂNCIA NOMINAL E VERBAL.....	185
■ PONTUAÇÃO.....	191
■ SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS	195
■ FUNÇÕES DA LINGUAGEM.....	197
LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DADOS E INDICADORES EDUCACIONAIS	209
■ INDICADORES EDUCACIONAIS: O QUE SÃO E PARA QUE SERVEM	209
■ INDICADORES E ÍNDICES NO CAMPO DA POLÍTICA EDUCACIONAL.....	210
■ INDICADORES EDUCACIONAIS CALCULADOS PELO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP).....	212
■ INDICADORES ESCOLARES, INDICADORES DOCENTES E INDICADORES DISCENTES.....	215
■ LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DADOS APRESENTADOS EM FORMATOS VARIADOS	217
■ RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS COM USO DE ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS	218
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.....	227
■ PROCESSO HISTÓRICO E LEGITIMAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	227
GINÁSTICA E HIGIENE NA ESCOLA	227
MÉTODO FRANCÊS E MILITARIZAÇÃO.....	227
ESPORTIVIZAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR	228
CRISE E VIRADA CULTURALISTA	228
LEGITIMAÇÃO E MARCO LEGAL ATUAL.....	229
■ EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO: DEFINIÇÕES E PROCEDIMENTOS	230
O COMPONENTE NA FORMAÇÃO GERAL.....	230
Cultura Corporal de Movimento	230
Competências da Área de Linguagens.....	231
Procedimentos do Trabalho Docente	231
Facultatividade da Prática.....	232
■ BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E DOCUMENTO CURRICULAR REFERENCIAL DO CEARÁ (DCRC) PARA O ENSINO MÉDIO	232
COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	233

BNCC: IGUALDADE, DIVERSIDADE E EQUIDADE	234
HABILIDADES.....	234
ESTRUTURA DA BNCC	234
ENSINO FUNDAMENTAL	235
O Ensino Fundamental no Contexto da Educação Básica	236
O ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	238
A BNCC do Ensino Médio	239
A PROGRESSÃO DAS APRENDIZAGENS ESSENCIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA O ENSINO MÉDIO	240
O PROJETO DE VIDA.....	241
AS TECNOLOGIAS DIGITAIS E A COMPUTAÇÃO.....	241
CURRÍCULOS: BNCC E ITINERÁRIOS	242
MARCO NORMATIVO E BASES LEGAIS DO DCRC DO ENSINO MÉDIO	244
ELABORAÇÃO, ESTRUTURA E CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO	245
SUJEITOS DO ENSINO MÉDIO E RECONHECIMENTO DAS DIVERSIDADES	246
MODALIDADES E FORMAS DE OFERTA DO ENSINO MÉDIO NO CEARÁ	246
ORGANIZAÇÃO CURRICULAR: TEMPO PARCIAL, TEMPO INTEGRAL E ENSINO MÉDIO NOTURNO	248
EDUCAÇÃO ESPECIAL, ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E CURRÍCULO INCLUSIVO	248
FINALIDADES DO ENSINO MÉDIO CEARENSE E PRINCÍPIOS NORTEADORES DO CURRÍCULO	249
FORMAÇÃO GERAL BÁSICA: COMPETÊNCIAS, ÁREAS DO CONHECIMENTO E MATRIZES	250
COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS E TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS	251
ITINERÁRIOS FORMATIVOS: DEFINIÇÃO, EIXOS ESTRUTURANTES E ELABORAÇÃO	252
■ PLANEJAMENTO: OBJETIVOS E INTENCIONALIDADE PARA AS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ENSINO MÉDIO	254
PLANEJAMENTO COMO MEDIAÇÃO INTENCIONAL	254
Níveis e Documentos do Planejamento	254
Formulação de Objetivos.....	255
Seleção e Organização de Conteúdos.....	255
Plano de Aula e Regência.....	255
■ AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E DA APTIDÃO FÍSICA PARA A SAÚDE.....	256
FUNÇÕES E MODALIDADES DA AVALIAÇÃO	256
CRITÉRIOS E INSTRUMENTOS AVALIATIVOS.....	256

APTIDÃO FÍSICA RELACIONADA À SAÚDE	257
MEDIDAS, TESTES E REFERÊNCIAS.....	257
USOS E LIMITES DA TESTAGEM.....	258
■ CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO	258
■ DIDÁTICA, METODOLOGIA, MODELOS E TÉCNICAS DE ENSINO PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO	259
DIDÁTICA E ESPECIFICIDADE DO ENSINO.....	259
ABORDAGENS PEDAGÓGICAS BRASILEIRAS	259
MODELOS DE ENSINO DO ESPORTE	260
ESTILOS DE ENSINO E TÉCNICAS	261
ORGANIZAÇÃO DA AULA.....	261
■ HABILIDADES MOTORAS ESPECIALIZADAS: DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO	261
APRENDIZAGEM MOTORA E FATORES QUE A INFLUENCIAM.....	262
DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES SOCIAIS	262
■ LETRAMENTO FÍSICO INTEGRADO ÀS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	262
CONCEITO E DOMÍNIOS	262
RECEPÇÃO DO CONCEITO NO BRASIL	263
INTEGRAÇÃO ÀS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	263
AVALIAÇÃO DO LETRAMENTO FÍSICO	264
■ ESTILOS DE VIDA ATIVOS E PROMOÇÃO DA SAÚDE NA ESCOLA	264
VIDA ATIVA E QUALIDADE DE VIDA	264
RECOMENDAÇÕES OFICIAIS DE ATIVIDADE FÍSICA	265
PROMOÇÃO DA SAÚDE NA ESCOLA.....	265
Estratégias de Adesão à Prática	266
■ DESENVOLVIMENTO DA CULTURA PARA A PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA AO LONGO DA VIDA 266	
■ ENSINO BASEADO EM COMPETÊNCIAS	267
CONCEITO DE COMPETÊNCIA.....	267
Competências Gerais e Específicas	267
SITUAÇÕES-PROBLEMA E DESENHO DIDÁTICO	268
AVALIAÇÃO POR COMPETÊNCIAS E CRÍTICAS	268

■ INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E NEURODIVERGENTES NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA.....	269
FUNDAMENTOS E MARCO LEGAL DA INCLUSÃO.....	269
DEFICIÊNCIA, BARREIRAS E MODELO SOCIAL	270
NEURODIVERGÊNCIA NA ESCOLA.....	271
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E APOIOS	272
DESENHO UNIVERSAL E ADAPTAÇÕES DIDÁTICAS	273
ESTRATÉGIAS POR TIPO DE DEMANDA.....	274
ESPORTE ADAPTADO E PARADESPORTO ESCOLAR.....	274
AVALIAÇÃO, REGISTRO E TRABALHO COLETIVO	275
■ ATIVIDADE FÍSICA E SAÚDE MENTAL.	276
SAÚDE MENTAL NA ADOLESCÊNCIA	276
MECANISMOS E EVIDÊNCIAS	277
A AULA COMO ESPAÇO DE CUIDADO	277
LIMITES E ENCAMINHAMENTOS.....	278
■ PEDAGOGIA DO ESPORTE.....	278
OBJETO DA PEDAGOGIA DO ESPORTE.....	278
REFERENCIAIS DA PRÁTICA ESPORTIVA.....	279
MÉTODOS DE ENSINO DOS JOGOS.....	279
ESPORTE NA ESCOLA E NÍVEIS	280
■ IMPACTOS DA PERCEPÇÃO DE COMPETÊNCIA MOTORA NA REDUÇÃO DO COMPORTAMENTO SEDENTÁRIO.....	280
COMPETÊNCIA MOTORA REAL E PERCEBIDA.....	280
MODELO DESENVOLVIMENTAL E ESPIRAIS	281
COMPORTAMENTO SEDENTÁRIO.....	281
Intervenção sobre a Percepção	282
■ EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL: POTENCIAL E REALIDADE	282
MARCO LEGAL DO TEMPO INTEGRAL.....	282
POTENCIAL DA JORNADA AMPLIADA	283
Realidade e Limites de Implementação	283
Eletivas e Protagonismo Estudantil.....	284

■	CARTA INTERNACIONAL DA EDUCAÇÃO FÍSICA, DA ATIVIDADE FÍSICA E DO ESPORTE.....	284
	A CARTA DE 1978	284
	A REVISÃO DE 2015.....	285
	CONTEÚDO DOS ARTIGOS.....	285
	REPERCUSSÕES NO BRASIL	285
■	CULTURA DE PAZ E FAIR PLAY	286
	ORIGEM DA CULTURA DE PAZ	286
	FAIR PLAY E SUAS DIMENSÕES	286
	MARCO NORMATIVO BRASILEIRO	287
	EDUCAÇÃO PARA A PAZ NAS AULAS	287
■	AÇÕES PLANEJADAS PARA O ENSINO DOS ESPORTES E COMPETIÇÃO EM CONTEXTO ESCOLAR.....	288
	SENTIDO DAS AÇÕES PLANEJADAS	288
	Sequência Didática dos Esportes	288
	COMPETIÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR.....	288
	Festivais e Eventos Culminantes	289

EDUCAÇÃO BRASILEIRA

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DO MOVIMENTO DOS PIONEIRO DA EDUCAÇÃO AOS DIAS ATUAIS

A história da educação é o campo do conhecimento que estuda a trajetória da formação humana organizada em diferentes tempos e contextos sociais.

Compreender sua origem e evolução permite analisar as transformações culturais, políticas e pedagógicas que moldaram a escola, os currículos e os modelos de ensino ao longo do tempo.

EDUCAÇÃO NAS SOCIEDADES ANTIGAS

Nas comunidades primitivas, a educação era **oral, prática e comunitária**, transmitida por meio da convivência e dos rituais.

Com o surgimento das primeiras civilizações (Egito, Mesopotâmia, China, Índia), a educação passou a ser **formalizada** em instituições voltadas às elites políticas e religiosas.

Na **Grécia Antiga**, destacaram-se duas visões:

- **Esparta**: educação voltada ao militarismo e à obediência;
- **Atenas**: formação integral do cidadão, com foco em arte, filosofia e política.

Na **Roma Antiga**, a educação foi influenciada pela cultura grega, que tinha como base a retórica, o direito e a administração, com foco na formação cidadã.

Idade Média: Educação e Fé

Durante a Idade Média, a educação foi dominada pela **Igreja Católica**, cujo objetivo era formar religiosos e manter a ordem teocêntrica. Os mosteiros, por exemplo, preservaram o conhecimento clássico.

No final da Idade Média, surgiram as primeiras universidades, voltadas a áreas como teologia, direito e medicina. Nesse contexto, a educação era restrita, baseada na memorização e acessível apenas a uma minoria letrada.

Modernidade: Razão, Ciência e Escola Pública

A partir do Renascimento, do Iluminismo e da Revolução Industrial, a educação passou por uma grande transformação.

Autores como **Comenius** propuseram uma educação universal, graduada e estruturada em métodos racionais. Já **Rousseau**, no século XVIII, defendeu uma educação centrada no desenvolvimento natural do aluno.

A partir de então, a escola se torna parte do projeto moderno de civilização e nacionalismo, com o

surgimento dos **sistemas públicos de ensino**, organizados pelo Estado para atender às demandas econômicas e sociais.

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

A educação no Brasil começou com a **ação catequizadora dos jesuítas** no período colonial, que era voltada aos indígenas. Com a expulsão dos jesuítas (1759), o ensino ficou desorganizado e se tornou elitista.

A partir da **República (1889)**, houve esforços para implantar uma educação pública, gratuita e laica, embora marcada por desigualdades.

No século XX, nomes como **Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Paulo Freire** contribuíram para o fortalecimento de uma educação democrática e popular.

Freire, em especial, propôs uma pedagogia crítica, dialógica e voltada à emancipação dos oprimidos.

A **Constituição, de 1988**, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — **LDB** (Lei nº 9.394, de 1996) e o **Plano Nacional de Educação** consolidaram o direito à educação como dever do Estado, com foco na qualidade social e na inclusão.

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Atualmente, a educação enfrenta o desafio de ser mais **inclusiva, equitativa, significativa e crítica**, incorporando as novas tecnologias, valorizando a diversidade cultural e respondendo às demandas da sociedade do conhecimento.

A história da educação revela que os modelos escolares são sempre reflexos de projetos sociais, políticos e culturais e que a escola continua sendo um espaço estratégico de construção da cidadania e de transformação social.

Dica

Caso deseje se aprofundar no estudo sobre o tema, recomendamos o conjunto de vídeos "Pedagogia | História da Educação", disponível no canal do YouTube da Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP). Eles poderão te ajudar a saber mais. Basta acessar o link: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLxI8Can9yA-HeJjZS74nP5F3woVrpxlYYz>.

LEI FEDERAL Nº 9.394/96, LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: HISTÓRICO E DEBATES

Para a garantia de uma educação pública, gratuita e de qualidade, é preciso a participação dos estudantes em todas as atividades cotidianas da escola, para a efetivação de uma real inclusão desses sujeitos.

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

INFERÊNCIA – ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há “regras” para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

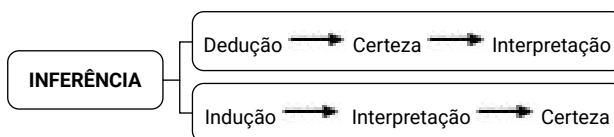
Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra “marido”); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão “minha chefe”); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão “parou de beber”). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DADOS E INDICADORES EDUCACIONAIS

Prezado(a) estudante,

Com o intuito de oferecer o material o mais completo e didático possível, optamos por não repetir aqui os conteúdos referentes a Indicadores de Desempenho dos Estudantes: Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaee); Sistema de Avaliação Da Educação Básica (Saeb); Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), tendo em vista que eles já foram amplamente abordados na disciplina Educação Brasileira.

Cordialmente,
Nova Concursos.

INDICADORES EDUCACIONAIS: O QUE SÃO E PARA QUE SERVEM

Utilizam-se os Indicadores da Qualidade na Educação no Programa Nacional da Escola Básica. Eles se baseiam em uma visão ampla de qualidade educativa; desta forma, sete dimensões são abrangidas:

- ambiente educativo;
- prática pedagógica e avaliação;
- ensino e aprendizagem da leitura e da escrita;
- gestão escolar democrática;
- formação e condições de trabalho dos profissionais da escola;
- ambiente físico escolar;
- acesso e permanência dos alunos na escola.

Acompanhe:

- **Ambiente educativo:** fala-se sobre respeito, alegria, amizade e solidariedade, disciplina, combate à discriminação e exercício dos direitos e deveres;
- **Prática pedagógica e avaliação:** há uma reflexão coletiva acerca da proposta pedagógica da escola, do planejamento das atividades educativas, das estratégias e recursos de ensino-aprendizagem, dos processos de avaliação dos alunos, incluindo a autoavaliação, e da avaliação dos profissionais da escola;
- **Ensino e aprendizagem da leitura e da escrita:** é preciso garantir que todos os estudantes aprendam. Para que isso se concretize, é necessário que a escola tenha uma proposta pedagógica com orientações transparentes para a alfabetização inicial. Ela pode implementar as orientações da proposta pedagógica para a alfabetização inicial, devendo buscar as orientações nas avaliações e reuniões

pedagógicas alusivas a esse contexto; deve-se cuidar para que planos de aula e outras concepções de alfabetização inicial sejam feitos observando as orientações da proposta pedagógica.

Para o bom funcionamento do plano de alfabetização, é necessário ofertar para os estudantes diversos materiais de leitura nas escolas:

- livros diversificados (com e sem palavras, de poesia, de prosa);
- revistas;
- gibis;
- suplementos infantis de jornais;
- cartelas com nomes dos estudantes;
- letras móveis;
- jogos com letras e palavras;
- produções dos próprios estudantes, com desenhos e escritas;
- dicionários.

Também é necessário investir em projetos ou atividades em que os estudantes tenham oportunidade de conhecer e praticar as diversas utilizações da escrita e da leitura no dia a dia.

Note que não é simples situar com clareza um limite que separe o que é estar alfabetizado do que é não estar alfabetizado. Entretanto, a escola precisa fazer tentativas para definir essa fronteira. Exemplos: questionar se o aluno é capaz de escrever sem copiar um pequeno texto que seja compreensível, ainda que tenha falha ortográfica; se o estudante pode ler (com fluência suficiente para compreender) um texto pequeno escrito em linguagem familiar.

Diversos estudantes chegam a se alfabetizar, mas não desenvolvem de maneira adequada sua capacidade de leitura e escrita durante o ensino fundamental. Isso acontece porque os educandos têm dificuldade de compreender o que estão lendo e de se expressar. Assim, é imprescindível que todos os educadores tenham um plano de progressão das habilidades de leitura e escrita dos estudantes, com finalidades para a série, ano ou ciclo.

É necessário que as crianças tenham contato com diferentes textos na escola, ouçam histórias, observem adultos lendo e escrevendo. A leitura e a escrita são essenciais para aprender todos os assuntos escolares e não escolares. Dessa forma, em cada ano/série, o estudante deve ampliar progressivamente sua capacidade de ler e escrever. Por isso, na proposta pedagógica, a escola deve situar explicitamente o que os estudantes precisam saber em cada etapa, até a conclusão do ensino fundamental.

- **Gestão escolar democrática:** é importante que haja participação nas decisões, preocupação com qualidade, com relação custo-benefício e transparência;
- **Formação e condições de trabalho dos profissionais da escola:** discute-se sobre os processos de formação dos professores, competência, estabilidade e assiduidade da equipe escolar;
- **Ambiente físico escolar:** enfatiza-se o aproveitamento de qualidade dos recursos existentes na escola, a disponibilidade e a qualidade destes e a organização dos espaços escolares;

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

PROCESSO HISTÓRICO E LEGITIMAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

I GINÁSTICA E HIGIENE NA ESCOLA

A entrada da ginástica na escola brasileira acompanha a organização da instrução pública no século XIX e responde a preocupações que não eram, em primeiro lugar, pedagógicas. A Reforma Leôncio de Carvalho, veiculada pelo Decreto nº 7.247, de 1879, colocou a ginástica entre as matérias do ensino primário e secundário. O parecer que Rui Barbosa apresentou em 1882 sobre o Projeto 224 é o documento mais citado dessa fase inicial. O texto defendeu a inclusão obrigatória da ginástica e a equiparação de seus professores aos das demais matérias, comparou a situação brasileira com a de países europeus e pediu a extensão da prática às escolas femininas, com sessão diária ajustada à idade dos alunos.

Três sistemas ginásticos europeus disputaram o espaço escolar brasileiro nas primeiras décadas do século XX. O alemão privilegiava aparelhos e a formação de coletividades disciplinadas, o sueco organizava exercícios analíticos de finalidade corretiva e postural, e o francês reunia exercícios naturais em sessões padronizadas.

A adoção sucessiva desses métodos deixou marcas duradouras na organização das aulas e na terminologia da área. Firmou-se a ideia de que o professor prescreve movimentos e o aluno os repete, com correção externa do gesto.

O pensamento higienista deu à ginástica escolar sua primeira justificativa socialmente aceita, ligada ao saneamento dos corpos e à formação de uma população produtiva. Médicos e sanitaristas viam na escola um posto avançado de intervenção sobre hábitos considerados nocivos. A educação do corpo aparecia como instrumento de combate a doenças, de correção postural e de moralização dos costumes.

A saúde, nesse arranjo, funcionava menos como direito e mais como dever do indivíduo diante da nação.

A matriz médica dessa fase produziu efeitos que atravessaram décadas na identidade profissional do professor de educação física. O professor era formado para medir, corrigir e prescrever sob a lógica da anatomia e da fisiologia, e não para ensinar um conhecimento com estatuto próprio. Vocabulário, instrumentos e critérios de sucesso vinham da clínica.

A consequência curricular explica boa parte da fragilidade posterior do componente, porque a ginástica escolar se firmou sem conteúdo próprio a ensinar. Ela existia como apoio à formação sanitária e moral, e não como área de conhecimento equiparável às demais matérias.

Atenção! A palavra que aparece nos documentos oficiais dessa fase é atividade, escolha terminológica que reaparecerá na legislação da década de 1970 com efeitos práticos sobre as aulas.

Reconstituir esse início importa porque a ginástica escolar do século XIX responde a perguntas diferentes das atuais. O que se pedia ao componente era a produção de corpos saudáveis, disciplinados e úteis. O currículo de hoje lhe pede a formação de estudantes capazes de compreender, praticar e criticar as práticas corporais.

Não confunda a preocupação com a saúde presente na origem higienista com a abordagem contemporânea da saúde na escola. A primeira impunha um padrão corporal externo, e a segunda trata o tema como objeto de estudo e de decisão consciente do estudante.

I MÉTODO FRANCÊS E MILITARIZAÇÃO

A instituição militar assumiu a direção técnica da educação física brasileira na primeira metade do século XX e determinou seus métodos, sua terminologia e sua formação profissional. A criação do Centro Militar de educação física, na década de 1920, e da Escola de educação física do Exército, em 1933, concentrou no Ministério da Guerra a competência para formar instrutores civis e militares. O Método Francês, adotado como referência oficial para as escolas, organizava a sessão em famílias de exercícios com progressão fixa e execução coletiva sincronizada. Cada sessão previa aquecimento, exercícios de aplicação e volta à calma, com jogos e exercícios naturais como marcha, corrida, salto, arremesso, levantamento e defesa.

O modelo entregava ao professor um roteiro pronto, o que facilitava a expansão da prática escolar e, ao mesmo tempo, dispensava do professor qualquer decisão pedagógica sobre o que ensinar.

A tendência militarista imprimiu ao componente objetivos que ultrapassavam largamente a saúde individual e a aprendizagem de movimentos. Formar cidadãos capazes de defender a pátria, selecionar os mais aptos e cultivar a obediência hierárquica passaram a integrar as finalidades declaradas da educação do corpo na escola.

A Constituição de 1937 tornou obrigatória a educação física nas escolas primárias, normais e secundárias, e a legislação posterior consolidou a exigência em todos os níveis. O período articulou a prática escolar a desfiles, demonstrações coletivas e eventos cívicos que projetavam a imagem de uma juventude forte e disciplinada. A presença legal do componente ficou assegurada por razões externas ao seu valor formativo próprio.

A gestão militar do campo produziu um efeito ambíguo que ajuda a explicar a expansão e a fragilidade simultâneas do componente. A educação física ganhou institucionalidade, quadro profissional e presença obrigatória no currículo, e essa institucionalidade veio acompanhada de subordinação técnica a uma instituição estranha à escola.

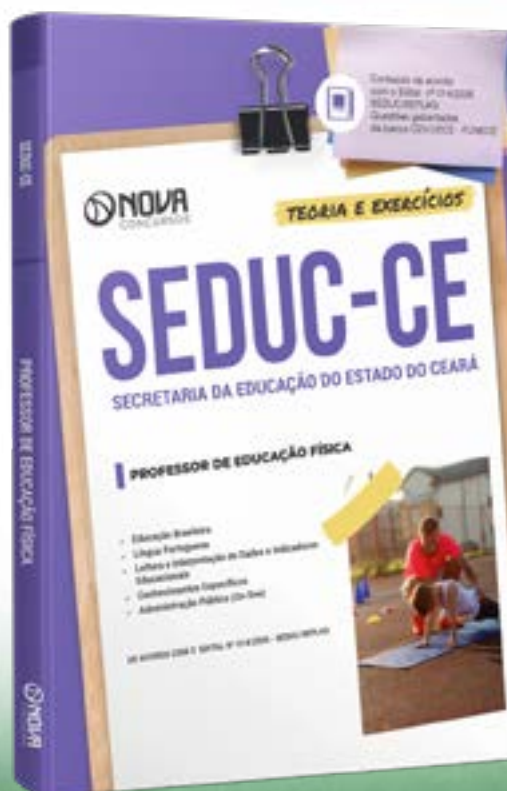
MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

[ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO](#)